

Um país adiado

*Vidas interrompidas, prisões ilegais, destruição e saque:
Como Moçambique vive um dos momentos mais tensos da sua história recente*

Era uma manhã quente em Maputo quando os primeiros tiros ecoaram nas ruas. Hélder Sérgio, um jovem de 17 anos, estava no lugar errado e na hora errada. Tentou correr tropeçadamente no meio da fumaça do gás lacrimogéneo, mas perdeu os sentidos. E caiu, de tanto gás inalado. Foi encontrado pelos agentes da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), já com os sentidos recuperados. Testemunhas dizem que ele implorou perdão e prometeu nunca mais participar de manifestações. Não adiantou. Foi alvejado dez vezes, na parte superior do corpo. Os tiros foram disparados à queima-roupa, com a intenção de matar. E os agentes da UIR, todos encapuzados com balaclavas pretas, seguiram para outras frentes, abandonando o corpo do Hélder, que se esvaía em sangue.

“Ele não era bandido, ele não estava armado. Só tentou fugir porque estava assustado. Disseram que ele pediu perdão antes de o matarem”, conta Josefina Américo Cossa, tia de Hélder Sérgio.

Histórias como a de Hélder multiplicaram-se por todo Moçambique durante os violentos protestos pós-eleitorais de 2024 e 2025. O que começou como uma contestação atendível contra um resultado eleitoral, tornou-se numa espécie de guerrilha urbana. O Governo reforçou a repressão através da UIR e dos chamados “esquadrões de morte”, uma milícia ao serviço do regime do dia. Mesmo assim, os manifestantes não arredaram pé. Aliás, reforçaram-se para responder à repressão estatal.

Rui Miguel Lamarques

Jornalista,
Treinador e estudantes
de jornalismo da MídiaLab,
Maputo, Moçambique

Entre confrontos nas ruas e becos, barricadas, buzinas, *panelanços* e vuvuzelas, Moçambique viu-se envolvido numa onda de violência que resultou em cerca de 500 mortos, 4.228 detidos e milhares de feridos. Acresce a isso um rasto de destruição económica e social.

A questão que se impõe agora não é apenas política. Mas também económica. E social. Quanto custou e vai custar essa revolta? E quem pagará essa conta? Os protestos ocorreram em quatro fases distintas, cada uma com sua a intensidade e dinâmica. Se no início a repressão era localizada, com detenções pontuais, à medida que a contestação se espalhava, o Estado endureceu a sua resposta e o número de presos disparou.

Prisões por fase:

- Fase 1 (21–22 de Outubro de 2024): 464 presos.
- Fase 2 (“*Panelanços*”, 24–25 de Outubro de 2024): 99 presos.
- Fase 3 (“*Buzinadas*”, 31 de Outubro – 7 de Novembro de 2024): 506 presos.
- Fase 4 (“*Hino Nacional e da África*”, 16 de Novembro – 16 de Janeiro de 2025): 1.378 presos.
- Total de detidos: 4.228 manifestantes em todo o país.

O que esses números não mostram são os rostos e as histórias de

quem sofreu as consequências. Alberto Branquinho Marrove, de 34 anos, perdeu um olho. Ele não estava a protestar. Passava pela Avenida Filipe Samuel Magaia quando sentiu um impacto forte no rosto. “A polícia andava a lançar gás lacrimogéneo e disparava. Ao olhar para trás, senti a bala no meu olho. Fui levado ao hospital de Mavalane, mas já não havia o que fazer. O olho teve de ser retirado.”

Diante da violência, a Polícia e o Governo justificaram a repressão chamando os protestos de “terrorismo urbano”. “Estamos a assistir a um grupo de desordeiros que querem lançar o caos no país. As Forças de Defesa e Segurança (FDS) irão intervir sempre que for necessário para garantir a ordem pública.” – afirmou o então Ministro do Interior, Pascoal Ronda.

A resposta da sociedade civil foi imediata. Organizações de direitos humanos acusaram a Polícia de uso excessivo da força, de prisões arbitrárias e de assassinatos extrajudiciais.

Casos como o de Alberto tornaram-se frequentes. Prisões indiscriminadas, uso de força excessiva e relatos de tortura começaram a circular entre activistas e organizações da sociedade civil.

O Impacto económico e social dos protestos

As manifestações não afectaram apenas os manifestantes. A economia nacional sofreu um golpe brutal. Empresas, escolas, hospitais e infra-estruturas públicas foram atacados, incendiados e vandalizados.

Impacto material:

- 1.149 infra-estruturas destruídas.
- 500 empresas vandalizadas, resultando na perda de 12.000 empregos, de acordo com uma estimativa do CTA.
- 87 postos policiais atacados – 40% da estrutura da PRM danificada.
- 77 viaturas do sector da saúde destruídas.

O comércio foi um dos sectores mais prejudicados. Ireneu Bagão, um pequeno empresário da vila do Alto Molocué, na Zambézia, viu a sua loja ser saqueada e incendiada. “Trabalhei sete anos para construir o meu negócio e, em minutos, perdi tudo. Levaram mercadoria, queimaram as prateleiras. Não sobrou nada. Agora estou sem dinheiro para recomeçar.”

O impacto foi sentido em todo o Moçambique, mas foi em Maputo, Nampula e Tete onde o rasto de destruição fazia lembrar o cenário da guerra civil. No município da Matola, o posto administrativo da Machava funcionava como viveiro de armazéns e fábricas. Hoje, as paredes erguem-se como testemunhas mudas dos saques. Se os números da destruição material impressionam, os números de mortos e feridos revelam a tragédia humana por trás do conflito.

Número de mortos e feridos por fase:

- Fase 1: 11 mortos, maioria em Nampula.
- Fase 2: 13 mortos, 36 baleados.
- Fase 3: 11 mortos, 86 baleados.
- Fase 4: O dobro das mortes, sem número exacto.
- Total estimado: Mais de 50 mortos e centenas de feridos.

O que fica para o futuro?

O país tenta retomar a normalidade, mas as perguntas permanecem:

- Alguém será responsabilizado pelos mortos e feridos?
- O Governo aprenderá algo com essa crise ou dobrará a sua repressão?
- A oposição sairá fortalecida ou os protestos serão apenas um capítulo esquecido?

O que é certo é que a memória dos protestos de 2024–2025 ficará marcada na história de Moçambique. Resta saber se será o início de um novo ciclo ou apenas mais um episódio de violência política no país.

Assassinatos políticos, colapso económico e repressão: O outro lado da crise pós-eleitoral em Moçambique

Acrise pós-eleitoral em Moçambique não se limitou à repressão violenta e ao rasto de destruição nas ruas. Por trás dos números alarmantes de mortos, feridos e presos, há também um cenário de assassinatos políticos, impactos económicos avassaladores e um crescente isolamento internacional do governo moçambicano.

Execuções selectivas

Na noite de 18 de Outubro de 2024, dois dos mais proeminentes membros do partido da oposição PODEMOS foram brutalmente assassinados em Maputo. Elvino Dias, advogado da formação política, e Paulo Guambe, seu porta-voz, foram mortos a tiros em circunstâncias que ainda não foram esclarecidas.

Elvino Dias estava no centro da contestação aos resultados eleitorais, a liderar a produção da contestação que seria submetida ao Conselho Constitucional. O seu assassinato foi visto como um golpe mortal à capacidade da oposição de contestar judicialmente os resultados eleitorais.

“Não restam dúvidas de que Elvino e Paulo foram eliminados para enfraquecer a luta contra a fraude eleitoral. O que estamos a ver é um regime que não tolera qualquer contestação”, afirmou um membro da sociedade civil sob anonimato.

Os assassinatos geraram forte condenação internacional. A União Europeia, a União Africana, os Estados Unidos e Portugal exigiram investigações independentes e medidas para garantir a segurança da oposição. Contudo, até agora, o governo moçambicano não apresentou nenhuma explicação convincente sobre os crimes.

O regresso de Venâncio Mondlane e a repressão contínua

Em meio ao caos, Venâncio Mondlane, candidato da oposição que alega ter vencido as eleições, retornou a Moçambique em 9 de Janeiro de 2025, após um período de exílio por questões de segurança.

Mondlane foi recebido por uma multidão de apoiantes, mas a recepção foi marcada por uma forte repressão policial. A polícia usou gás lacrimogéneo e balas de borracha para dispersar a multidão que tentava acompanhar o líder opositor.

Ao regressar, Mondlane fez um pronunciamento duro:

“Não podemos aceitar um regime que usa a violência para se perpetuar no poder. A luta continua, porque a nossa vitória foi roubada.”

A repressão a opositores, jornalistas e manifestantes continua intensa, e a incerteza política paira sobre o futuro do país. A grande questão é: Moçambique está à beira de uma nova onda de confrontos ou finalmente encontrará um caminho para o diálogo e a estabilidade?